

VOLUME  
**XXX** BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

2017

IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

• U • C •



# O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra: Assistência aos soldados enfermos e logística de guerra (1762-1766)

## The Royal Military Hospital and the War Warehouses of Coimbra: Assistance to injured soldiers and war logistics (1762-1766)

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Mestrando em História Moderna – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Tel.: 937927007

jlsb101088@gmail.com

Artigo enviado em: 28 de fevereiro de 2017

Artigo aprovado em: 31 de maio 2017

### RESUMO

O presente artigo pretende analisar o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra, duas instituições criadas no contexto da Guerra Fantástica (1762). A investigação baseia-se no livro “Coleçam de todas as despesas”, uma fonte inédita que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra. Pretende-se analisar as despesas das instituições, o seu financiamento e o quadro de pessoal, tendo em conta o contexto político e militar no séc. XVIII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hospital Militar; Armazéns de Guerra; Guerra Fantástica.

### ABSTRACT

This article intends to analyze the Royal Military Hospital and the War Warehouses of Coimbra, two institutions created within the context of the Fantastic War (1762). The investigation is based on the book “Coleçam de todas as despesas”, an unpublished historical source located in the Archive

of the University of Coimbra. We intend to analyze the institution's expenditure, their funding and the personnel, taking into account the political and military context in the 18th century.

**KEY WORDS:** Military Hospital; War warehouses; Fantastic War.

## Considerações prévias

O presente artigo pretende analisar o Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra, duas instituições que até esta data não tinham sido estudadas. A investigação baseia-se essencialmente no livro *Coleçam de todas as despesas...*<sup>1</sup>, usado pelos escrivães e tesoureiros do HRMAGC<sup>2</sup>, e que se encontra disponível no Arquivo da Universidade de Coimbra. O principal objetivo passa por analisar as despesas e o quadro de pessoal, fazendo algumas comparações com instituições similares, tendo sempre em conta o contexto político e militar, a assistência aos soldados enfermos e a logística de guerra no séc. XVIII.

Esta fonte inclui diversos documentos produzidos entre 1762 e 1767. As primeiras folhas contêm vários documentos, ou cópias, que ajudam a entender alguns aspetos das instituições, como as despesas e o financiamento. Possui também um resumo das receitas e despesas, organizado segundo o método de partidas dobradas. As restantes folhas correspondem a 98 coleções de despesas (conjuntos de documentos - mandados, faturas, recibos, autos...), onde constam informações diversas sobre os gastos do HRMAGC, como por exemplo, quem efetua a compra, quem vende ou presta o serviço, preços de artigos ou salários, mas também algumas informações sobre a logística militar e o estado das tropas portuguesas. Não está numerado em páginas ou fólios, daí que as citações da fonte indiquem o número da despesa correspondente, o nome do documento citado, ou numeração do fólio realizada pelo autor.

---

<sup>1</sup> Núcleo documental citado de forma abreviada: AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas*. Ver o nome completo da fonte na lista final do artigo.

<sup>2</sup> Por questões de conveniência, sempre que nos referirmos às duas instituições vamos usar a sigla HRMAGC.

## O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra: o contexto e fundação

O Hospital Real Militar e os Armazéns de Guerra de Coimbra surgem no contexto da Guerra Fantástica (1762), nome pelo qual ficou conhecida a participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Foi um conflito que colocou frente a frente dois tradicionais inimigos, a Grã-Bretanha e a França e que se alastrou a Portugal em 1762, no seguimento da recusa de D. José em aderir ao Pacto de Família, uma aliança entre os Borbouns de França, Espanha, Nápoles e Parma, que visava destruir o poder naval e comercial da Inglaterra<sup>3</sup>.

Em 1762 o exército português não estava preparado para participar num conflito militar desta envergadura. Disso fez referência o próprio Marquês de Pombal, argumentando que Portugal esteve demasiado tempo sem participar numa guerra na Europa, e por esse motivo não tinha nos quadros as pessoas com competências e experiências necessárias. Isto levou a que, logo após o início das hostilidades, Portugal tivesse de recorrer a tropas mercenárias, tanto ao nível do soldado raso como de oficiais, além de pedir ajuda material à Inglaterra<sup>4</sup>.

O conflito iniciou-se com a invasão do exército espanhol no dia 1 de maio de 1762, com uma força superior a 30 000 homens, depois de vários adiamentos provocados por problemas logísticos. O seu avanço em Trás-os-Montes enfrentou muito pouca resistência, conseguindo conquistar Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro, Bragança, Chaves e Moncorvo até ao dia 24 de maio. Após o sucesso inicial, o exército invasor começa a ter problemas com as populações locais, que atacavam as suas colunas de abastecimentos. Uma segunda formação, comandada pelo Marquês de Castremañes, tentou cruzar o Douro perto de Vila Nova de Foz Coa, mas em vão. O monarca espanhol, Carlos III, alterou os planos. Pretendia que se consolidassem as conquistas em Trás-os-Montes, enquanto se lançava uma ofensiva pela Beira Alta, a partir de Ciudad Rodrigo<sup>5</sup>.

A 30 de junho o exército espanhol, com alguns efetivos franceses, atravessou a fronteira na província da Beira, cercando algumas vilas, como Castelo Rodrigo e Almeida. O Conde de Lippe, que chegara a Portugal a 3 de julho, elaborou um plano que visava atacar a Estremadura espanhola,

---

<sup>3</sup> SERRÃO, 1996: 54-58.

<sup>4</sup> COSTA, 2003: 331-350.

<sup>5</sup> BARRENTO, 2006: 50-82.

para aliviar a pressão sobre Almeida, mas esta não se aguentou como esperado, capitulando a 25 de agosto. O exército franco-espanhol rumou para sul, para a Beira Baixa, uma região que tinha fracas vias de comunicação e dificuldades de acesso a meios de subsistência. A incapacidade logística espanhola esteve em grande evidência, perdendo-se vários milhares de soldados devido às dificuldades no abastecimento, sem terem realizado uma única batalha ou alguma conquista de relevo<sup>6</sup>.

No dia 30 de novembro foi assinado um armistício entre os condes de Aranda e de Lippe. Só a 10 de fevereiro de 1763 a paz ficou firmada definitivamente, com o Tratado de Versalhes. Portugal viu-lhe serem restituídas todas as praças perdidas na Europa e na América do Sul. D. José mandou celebrar este acontecimento com luminárias, e o júbilo foi grande nas cidades e vilas de Portugal<sup>7</sup>.

De acordo com a “Copia de quitação que em observancia da ordem proxima de sua Magestade, se passou ao thezoureiro Manuel da Sylva Caetano”, o Hospital Real Militar e os Armazém de Guerra de Coimbra foram criados pelo Aviso de 16 de agosto de 1762, enviado pelo então Conde de Oeiras a mando do Rei D. José<sup>8</sup>. Eram duas instituições com funcionamentos distintos, mas sob a mesma superintendência (o reitor da Universidade de Coimbra) e com o mesmo financiamento. O hospital iniciou o seu funcionamento a 5 de setembro de 1762, sendo extinto a 22 de outubro de 1763. Por sua vez, os armazéns iniciaram a sua atividade a 14 de setembro de 1762, sendo a sua última despesa de 20 de março de 1766<sup>9</sup>.

Com o término das suas funções, foi pedido pelo reitor aos escrivães que juntassem todos os documentos relativos às despesas e elaborassem

«(...) hua conta pelo methodo mercantil; fazendo receita de todo o dinheiro, que o mesmo Depositario recebeu; e despeza do que legitimamente constar dos documentos, que exhibir que serão juntos a mesma conta, que me será presente pera detreminar o que me parecer justo (...).»<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> COSTA, 2003: 331-350.

<sup>7</sup> SERRÃO, 1996: 54-58.

<sup>8</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitação que em observancia da ordem proxima de sua Magestade, se passou ao thezoureiro Manuel da Sylva Caetano [1767]”.

<sup>9</sup> AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente [1766].

<sup>10</sup> AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, fl. 4 (numeração do autor).

A conta, elaborada segundo o método de partidas dobradas, foi apresentada no dia 27 de agosto de 1766<sup>11</sup>, sendo aprovada a 23 de dezembro de 1766 pelo reitor, ordenando este a quitação do tesoureiro Manuel da Silva Caetano, ficando os documentos guardados no Cartório da Universidade<sup>12</sup>.

Na “Copia de quitaçam...” constam algumas informações relativas aos motivos que levaram à criação do Hospital Militar e dos Armazéns de Guerra, assim como o financiamento dos mesmos<sup>13</sup>. O Hospital Militar deveria servir “para nelle se curarem os soldados infermos, que voltarem do Exército”, e juntamente com este deviam ser criados “huns grandes armazéns para nelles se recolherem consideráveis quantidades de munições de guerra”. Constituíram-se assim duas instituições que visavam colmatar as lacunas existentes no tratamento dos soldados e na logística do exército português durante a Guerra Fantástica<sup>14</sup>.

Conforme referido, o Reitor da Universidade de Coimbra, Gaspar de Saldanha de Albuquerque, fez a gestão do HRMAGC a partir do Paço da Universidade, de onde assinou alguns dos documentos disponíveis. Os restantes oficiais que compunham as instituições eram: o “Tesoureiro do dinheiro que se tirou do cofre do real D’Agoa desta cidade”, Manuel da Silva Caetano; o tesoureiro do hospital, António Xavier Zuzarte de Cardoso; o escrivão do Hospital, José de Jesus; o escrivão dos Armazéns de Guerra, Leandro Anastácio de Carvalho Fonseca<sup>15</sup>; o “Almoxarife das Armas, e monçoens de Guerra dos Armazens desta cidade”, Francisco Gonçalves da Mota; e o “Comissário (...) que serve de vedor-geral [da artilharia] no deposito do expediente dos Armazens de Guerra”, João Rodrigues de Garcia<sup>16</sup>.

O financiamento podia ter origem no depósito que o Reitor achasse mais conveniente, tendo ele poderes para contrair os empréstimos necessários para o efeito. Escolheu o cofre do Real d’Ágoa de Coimbra:

“(...) e que para as despesas necessárias, me servise por emprestimo do dinheiro que achase mais prompto, ou fosse da Universidade, ou de qualquer outra repartiçam para ser depois restituído, concedendome para o referido nam só a mesma jurisdiçam que tem cometido aos Generais a cujo cargo se

11 AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente.

12 AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, fl. 12 (numeração do autor).

13 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

14 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

15 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

16 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

acha o Governo das Armas das Províncias, mas também alem della toda a mais neceçaria me fosse nos cazos occurrentes, sem limitaçam, ou restricam alguma. Passei logo a por em pratica, o que Sua Magestade me determinava, fazendo tirar o dinheiro que foi preciso do cofre do Real d'agoa desta cidade donde o achei mais prompto (...)."<sup>17</sup>.

Foram retirados ao todo 14 milhões e 200 mil réis, sendo depois leiloados alguns móveis, no valor de 123 750 réis, para assim se fazer conta certa com as despesas. Os empréstimos e o leilão dos móveis correspondem ao total de receitas do HRMAGC<sup>18</sup>.

As despesas gerais da instituição foram divididas pelo tesoureiro em seis grupos: Hospital Militar; Armazéns de Guerra; Gasto Particular; Portas Novas; Feitoria; Abertura de Portas. O montante gasto em cada um desses grupos de despesas variou muito. O Hospital representou a maior despesa, seguido pelo Gasto Particular, e pelos Armazéns, apesar destes últimos totalizarem 82 dos 98 conjuntos de documentos, ou seja, 83,67%. De salientar que encontramos uma referência ao *Livro 1º da Despesa do Hospital Real Militar*, onde se pensa estar discriminado o gasto de algumas das suas despesas, mas esse livro encontra-se desaparecido<sup>19</sup>.

**Tabela I** – Despesas do HRMAGC (em réis)

| <b>Despesa</b>     | <b>Montante</b> | <b>Perc.</b> |
|--------------------|-----------------|--------------|
| Hospital           | 6.856.293       | 47,87%       |
| Gasto particular   | 4.297.600       | 30,00%       |
| Armazéns           | 2.103.801       | 14,69%       |
| Portas novas       | 551.322         | 3,85%        |
| Feitoria           | 497.554         | 3,47%        |
| Abertura de portas | 17.180          | 0,12%        |
| Total              | 14.323.750      | 100%         |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente [1766].

Os documentos pouco dizem sobre a localização das instalações da instituição, ou os locais onde se realizaram algumas das suas despesas. Temos motivos para crer que o hospital, os armazéns e a feitoria não funcionassem no mesmo local. A feitoria localizava-se «(...) no Rossio de Santa

<sup>17</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, "Copia de quitaçam...".

<sup>18</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, "Copia de quitaçam...".

<sup>19</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 2.

Clara (...).»<sup>20</sup>, seguramente a mesma feitoria identificada por José Amado Mendes<sup>21</sup>.

A designação “armazém” podia não significar um local específico, mas vários, usados para se armazenar o que ao exército dizia respeito. Ao longo do *Coleçam de todas as despesas...*, encontramos várias referências que nos levam a crer que o Castelo de Coimbra foi o local escolhido (ou o mais utilizado) para armazenamento, como por exemplo:

“(…) que por ordem de Sua Magestade mandei fazer na caza grande da Feitoria, nas portas da cidade fazendose para as de Almedina e castelo portas novas de madeira com ferrajens (...) huma caza que servio para poyol da polvora no alto do castelo (...).”<sup>22</sup>.

Encontramos também várias despesas que indicam o pagamento a pedreiros e carpinteiros que participaram nas ditas reparações<sup>23</sup>.

A localização do Hospital é a mais difícil de realizar. Em nenhum dos documentos é feita referência à sua localização, pelo que só podemos equacionar algumas hipóteses: funcionou no castelo, ou nas imediações, onde estavam os armazéns, mas também perto da Universidade, onde se encontrava o Reitor, o principal responsável pelo HRMAGC; num imóvel usado para o efeito, adaptado o mais possível às necessidades do hospital<sup>24</sup>; num hospital já existente, sendo esta a opção menos plausível, visto não haver informação nas fontes desses hospitais que o possa comprovar.

## O Hospital Real Militar

O conflito teve uma curta duração e não conheceu grandes batalhas, mas não deixou de provocar baixas. Durante o séc. XVIII encontramos três

---

<sup>20</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 96.

<sup>21</sup> MENDES, 1983: 13.

<sup>22</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, “Copia de quitaçam...”.

<sup>23</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 23 e 30.

<sup>24</sup> Procedimento habitual no estabelecimento dos hospitais da ordem de S. João de Deus (BORGES, 2009: 20-32). No Hospital da Ordem em Miranda do Douro, durante a Guerra Fantástica, o primeiro imóvel a ser utilizado foi uma adaptação (chegaram a ser usadas várias casas ao mesmo tempo), sendo mais tarde construído um para o efeito (MOURINHO, 2007: 301-311). A instalação de um hospital militar num castelo não é de excluir. Há a possibilidade de tal ter ocorrido em Vila Viçosa, em 1763, onde se pensa que o exército montou um hospital provisório no castelo, (ARAÚJO, 1996: 158).

tipos de modalidades de assistência aos soldados feridos: através das Misericórdias, estabelecendo-se um contrato entre estas e a coroa, que significava o tratamento das tropas a troco de um soldo; a entrega dos cuidados à Ordem de S. João de Deus, que já praticava a assistência em Portugal desde a Guerra da Restauração; e a criação de hospitais militares efêmeros, que duravam normalmente pouco mais do que o conflito que motivou a sua existência, como é o caso do Hospital Real Militar de Coimbra aqui em análise<sup>25</sup>.

Os contratos celebrados entre a Coroa e as Misericórdias evidenciam a relação privilegiada entre ambas, o que se refletia na concessão de privilégios em troca de prestação de serviços. Na Misericórdia de Vila Viçosa encontramos um bom exemplo disso. Um contrato foi assinado entre o vedor-geral e a Misericórdia, em 1660, comprometendo-se a instituição a curar os soldados enfermos da região. A Coroa deveria pagar os ordenados dos profissionais do hospital (médico, cirurgião, barbeiro e capelão), assim como pagar à botica. Também se obrigava a dar três alqueires de trigo por mês a cada servo que assistisse os soldados na enfermaria, vinte e cinco réis em dinheiro por dia para mantimentos, e um ordenado de mil e duzentos réis por mês. O cozinheiro e a lavadeira auferiam, aproximadamente, o mesmo valor. A Coroa comprometia-se, ainda, a entregar ao hospital da Misericórdia cem camas com os respetivos lençóis e outros adereços, enviando dez camas novas todos os anos para substituir as anteriores. Caso fosse necessário, a Misericórdia podia adquirir trigo junto do almoxarifado, por duzentos e vinte réis o alqueire, que seria subtraído no ajuste de contas, feito a cada três meses. Cada soldado internado no hospital custava ao Exército um soldo diário no valor de dois vinténs, ficando o número total de dias de internamento assente nos livros de entradas e saídas<sup>26</sup>.

A ordem de S. João de Deus chegou a Portugal nos inícios do séc. XVII, mas foi a partir da Guerra da Restauração que se destacou como instituição de assistência aos soldados. Na altura havia a noção de que se deveria fazer muito mais na área da saúde militar, além das “simples” amputações. Esta nova problemática em torno do tratamento dos feridos levou D. João IV a incumbir aos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus a fundação e administração de Reais Hospitais Militares, durante o período em que lavrasse a guerra com a Espanha. Fundaram-se hospitais de campanha, com maior incidência nas praças de guerra de cariz abaluartado, enquanto outros foram criados mais afastados das fronteiras, ficando conhecidos por Reais Hospitais

---

<sup>25</sup> LOPES, 2012: 148.

<sup>26</sup> ARAÚJO, 1996: 149-164.

Militares de Retaguarda. O Alentejo foi a região com maior densidade, por ter sido o território mais afetado pelas batalhas e movimentações das tropas. Estes hospitais foram criados de raiz ou adaptados a partir de outros imóveis existentes, e, regra geral, estavam organizados em seis áreas principais: enfermarias, sala de cirurgia e botica, administração e capelania, serviços, cerca e cemitério. Tinham também um corpo profissional bastante diversificado, como os outros hospitais, conforme vamos verificar mais à frente.<sup>27</sup>

A terceira opção, como já foi referido, era a criação de hospitais efémeros. O Hospital Real Militar de Coimbra foi um desses casos. Começamos pelas despesas. Estas foram subdivididas pelo tesoureiro em quatro grupos: 1ª, estabelecimento do hospital; 2ª, soldados internados e despesas com os funcionários que participaram no tratamento em 1762 (de 5 de setembro a 31 de dezembro); 3ª, despesa igual à anterior mas referente a 1763 (1 de janeiro a 22 de outubro); 4ª, salários e manutenção dos funcionários.

**Tabela II** – Despesas do Hospital Real Militar (em réis)

| <b>Despesa</b>                         | <b>Montante</b> | <b>Perc.</b> |
|--|-----------------|--------------|
| Salários e manutenção dos funcionários | 3.169.069       | 46,22%       |
| Estabelecimento do hospital            | 1.720.254       | 25,09%       |
| Internamentos e pessoal em 1763        | 1.049.284       | 15,31%       |
| Internamentos e pessoal em 1762        | 917.686         | 13,38%       |
| Total                                  | 6.856.293       | 100%         |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, Conta Corrente.

As despesas com o internamento das tropas e pessoal auxiliar em 1762 e 1763 não aparecem discriminadas, daí não sabermos ao certo quanto foi gasto no tratamento e alimentação das tropas. A única referência presente na fonte é muito genérica:

“(...) gasto ordinário dos officiaes e soldados emfermos das tropas portuguezas e breitanicas do exercito que no dito Hospital se curaram, servos e emfermeyros que lhes servirão a fazer curativo e serviço de caza (...)”<sup>28</sup>.

Ainda assim, pode determinar-se que o valor médio diário gasto no tratamento dos soldados e oficiais e no sustento dos funcionários, durante os 412 dias em que o hospital esteve em funcionamento, foi de 4.774,2 réis.

<sup>27</sup> BORGES, 2009: 19-40.

<sup>28</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 2 e 3.

Sobre a despesa com o estabelecimento e com os salários, encontramos informação muito mais detalhada. Os gastos com o estabelecimento dizem respeito à aquisição de utensílios para o tratamento, alimentação e habitação, tanto dos enfermos como dos funcionários: loiças, talheres, panos e madeira. No hospital da Misericórdia de Monção, em 1804, as compras realizadas aquando da sua inauguração foram idênticas às do Hospital Real Militar de Coimbra, mas em menor quantidade, daí o montante gasto (5.100 réis) ter sido inferior<sup>29</sup>.

**Tabela III** – Despesas no estabelecimento do Hospital Real Militar (em réis)

| <b>Despesa</b>  | <b>Montante</b>  | <b>Perc.</b> |
|---|------------------|--------------|
| Pano branco de lã, pano de estopa e pano de linho (para cobertores, lençóis, toalhas...)                      | 969.263          | 56,34%       |
| Madeira para as camas e pipas de água ardente para o hospital   | 231.310          | 13,45%       |
| Seis moios de trigo para os enfermos, servos e enfermeiros  | 122.400          | 7,12%        |
| Pagamento a carpinteiros, pedreiros e serventes que trabalharam nas camas e obras                             | 98.260           | 5,71%        |
| Caldeirões, tacho, panela, fogareiro (cobre); seringas, bacias e bules (estanho), balanças e espelhos (ferro) | 72.910           | 4,24%        |
| Palha de centeio para as camas  | 63.780           | 3,71%        |
| Pano de linho e estopa (para cobertores, lençóis, toalhas...)   | 53.616           | 3,12%        |
| Facas, colheres e garfos (ferro)  | 46.190           | 2,69%        |
| Fios de pano de linho velho e concerto de lençóis   | 18.115           | 1,05%        |
| Quartos de madeira para se remeterem a água ardente   | 16.800           | 0,98%        |
| Pregos de várias qualidades para as obras das enfermarias e das camas   | 10.880           | 0,63%        |
| Louça para o serviço do mesmo   | 9.930            | 0,58%        |
| Colheres (latão, cobre e ferro) e facas (estanho)   | 6.800            | 0,40%        |
| <b>Total</b>  | <b>1.720.254</b> | <b>100%</b>  |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 1.

O corpo de funcionários era constituído por 25 pessoas. Podemos dividi-lo em dois grandes grupos: aqueles cuja função estava mais próxima da assistência física e espiritual (boticário, médico, cirurgião, capelão, enfermeiros...) e aqueles que tinham um serviço mais variado, do qual dependia o normal funcionamento do hospital (cozinheiro, despenseiro, comprador, porteiro, servos...). Comparando com alguns hospitais de Coimbra, na segunda metade do séc. XVIII, verificamos que este número de funcionários é

<sup>29</sup> ARAÚJO, 2008: 324.

próximo do número de funcionários do Hospital da Conceição e do Hospital Real, e muito superior ao do Hospital de S. Lázaro<sup>30</sup>. No Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa os doentes podiam ser assistidos por um médico ou cirurgião, e um sangrador ou barbeiro. Podiam também receber cuidados “com amor e carinho” de um enfermeiro ou enfermeira, que também cuidava da limpeza. Possuía ainda servos, cozinheiro e lavadeira<sup>31</sup>. Quanto aos Hospitais Militares da Ordem de S. João, era comum terem ao seu serviço um almoxarife, religioso, médico, cirurgião e boticário (este só a partir de 1766). Também era usual contarem com um escrivão, um comprador e dois ajudantes, um porteiro, um cozinheiro e dois ajudantes, um enfermeiro ou prior, e alguns auxiliares menos qualificados<sup>32</sup>.

**Tabela IV** – Corpo de profissionais do Hospital Real Militar e o seu salário (em réis)<sup>33</sup>

| Profissão           | Nome                         | Salário | Perc.  |
|---------------------|------------------------------|---------|--------|
| Boticário           | António de Lemos Almeida     | 957.904 | 32,18% |
| Escrivão            | José de Jesus                | 363.200 | 12,20% |
| Médico              | José dos Santos              | 272.000 | 9,14%  |
| Cirurgião           | Florindo António de Sousa    | 195.840 | 6,58%  |
| Dispenseiro         | José de Campos               | 137.940 | 4,63%  |
| Sangrador           | Francisco João               | 108.800 | 3,66%  |
| Capelão             | Padre Francisco da Silva     | 97.920  | 3,29%  |
| Sangrador           | Francisco de Moura           | 93.067  | 3,13%  |
| Comprador           | Manuel da Costa              | 82.600  | 2,78%  |
| Enfermeiro          | Manuel Rodrigues             | 77.000  | 2,59%  |
| Enfermeiro          | Manuel Lima                  | 74.000  | 2,49%  |
| Fiscal dos remédios | Tomé Pires de Castro         | 70.000  | 2,35%  |
| Cozinheiro          | Manuel Seco                  | 68.780  | 2,31%  |
| Enfermeiro          | Nuno Pereira                 | 64.200  | 2,16%  |
| Enfermeiro          | Francisco Ferreira           | 45.400  | 1,53%  |
| Porteiro            | Mateus Rodrigues de Carvalho | 43.920  | 1,48%  |
| Servo               | Joaquim Gomes                | 39.000  | 1,31%  |
| Servo               | Francisco Gabriel            | 34.800  | 1,17%  |
| Servo               | Francisco Luís de Lemos      | 34.600  | 1,16%  |
| Servo               | Manuel Francisco             | 32.600  | 1,10%  |

<sup>30</sup> LOPES, 2000: 649-651.

<sup>31</sup> ARAÚJO, 1996: 158-161.

<sup>32</sup> BORGES, 2009: 43-44.

<sup>33</sup> Na Tabela II, os “Salários e manutenção dos funcionários” representam 3.169.069 réis. Contudo, nessa despesa constam 192 600 réis relativos à compra de trigo. Por esse motivo, o total da Tabela IV não corresponde ao montante da Tabela II, porque nesta só constam os salários.

|                        |                                   |           |         |
|------------------------|-----------------------------------|-----------|---------|
| Ajudante de Cozinheiro | José                              | 31.320    | 1,05%   |
| Capelão                | Padre João Xavier Monteiro Tinoco | 16.980    | 0,57%   |
| Servo                  | Francisco Gomes                   | 14.300    | 0,48%   |
| Servo                  | José Pereira                      | 11.600    | 0,39%   |
| Servo                  | Domingos dos Santos               | 8.700     | 0,29%   |
| Total                  |                                   | 2.976.469 | 100,00% |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 4.

Os salários referidos nas fontes indicam o valor total auferido pelos funcionários. Não sabemos quantos dias trabalharam ao certo, por isso é impossível calcular o valor diário. Podemos constatar que os funcionários que auferiram os salários mais elevados foram o boticário, escrivão, médico, cirurgião, despenseiro e o sangrador (juntos totalizam 68% do total gasto em salários). Os servos e o ajudante de cozinha foram os que menos receberam. Estas diferenças vão ao encontro da realidade salarial dos hospitais de Coimbra aqui citados<sup>34</sup>.

Sobre a alimentação não temos muitos dados. As despesas do hospital só por duas vezes fazem referência à compra de alimentos e bebidas: na despesa 4, a compra de “nove moyos de trigo para sustento diario dos emfermeiros, servos, e emfermos”, a 20 de setembro de 1762; e na despesa 1, a compra de seis moios de trigo, a 20 de dezembro de 1762, assim como a compra de pipas de água ardente, a 30 de dezembro de 1762<sup>35</sup>. Segundo Manuel Pereira de Carvalho, o pão e a água ardente eram a base de um suplemento alimentar que os soldados podiam receber, como aconteceu na campanha do Rossilhão, em 1793-95<sup>36</sup>. Este suplemento pode até ter existido neste hospital, mas cremos que a alimentação tenha sido bem mais variada. As despesas 2 e 3 fazem referência ao gasto diário com os enfermos e funcionários, mas não dá pormenores. Temos razões para acreditar que nestes gastos se incluíssem várias compras de alimentos, porque essas despesas foram muito avolumadas, mas também tendo em conta as compras realizadas por outros hospitais no mesmo período. Por exemplo, em 1764 e 1765, no Hospital da Convalescença de Coimbra, as despesas na alimentação indicam o consumo de frangas e galinhas, carneiro, pão, azeite, vinho, açúcar, vinagre, aguardente, arroz, ervas e fruta, vitela, marmelada e ovos, sendo que os cinco primeiros representavam a quase tota-

<sup>34</sup> LOPES, 2000: 649-651.

<sup>35</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 1 e 4.

<sup>36</sup> CARVALHO, 2007: 495-547.

lidade do consumo<sup>37</sup>. Em 1802, no Hospital de S. Lázaro os doentes consumiam pão, carneiro, arroz, feijão, galinha, marmelada e vinho. No Hospital Real, em 1802, encontramos referência, além dos alimentos já citados, a carne de vaca, ovos, bacalhau, abóbora, leite, aletria, maçãs, peras e laranjas<sup>38</sup>. No Hospital de Penafiel, entre 1781 e 1785, os doentes consumiam essencialmente pão e galinha, podendo complementar esta alimentação com açúcar, vinho e vitela. Em 1806 consumiam carne (galinhas incluídas), pão, azeite, sal, vinagre, açúcar, vinho e mel<sup>39</sup>.

Para finalizar, no que toca à planta e estrutura física do hospital, as fontes não apresentam dados que nos revelem como era o edifício do hospital. Ainda assim é possível ter uma ideia das divisões que podiam existir, tendo em conta as plantas dos vários Hospitais Militares da Ordem de S. João de Deus. As características do imóvel, quer tivesse sido construído de raiz, ou adaptado para o efeito, já foram aqui já referidas, e eram, regra geral, quase sempre as mesmas: enfermarias; sala de cirurgia e botica; setor administrativo e capelania; serviços (cozinha, armazéns...); cerca; cemitério. Tendo em conta os diferentes tipos de funcionários e as funções que realizaram no Hospital Militar de Coimbra, podemos considerar esta planta próxima da que existiu na realidade<sup>40</sup>.

## Os Armazéns de Guerra e as restantes despesas

Os armazéns de guerra tinham um funcionamento diferente e independente do hospital. Pretendemos verificar a sua importância durante o conflito e de que forma apoiaram as tropas portuguesas e britânicas presentes na região. Vamos integrar nesta reflexão as restantes despesas por estarem, se certa forma, incluídas no funcionamento do armazém.

Em primeiro lugar convém realçar que ao longo da Época Moderna a logística de guerra foi sofrendo inovações e a sua importância foi crescendo, tendo em conta que os exércitos aumentaram cada vez mais os seus efetivos. Estima-se que, durante todo o séc. XVII, tenham servido na Europa entre dez e doze milhões de soldados. Isto colocou sérios problemas aos estados europeus: ao nível do recrutamento, do pagamento dos soldos, do

---

<sup>37</sup> LOPES, 2000: 656.

<sup>38</sup> LOPES, 2000: 378-385.

<sup>39</sup> FERNANDES, 2015: 330-363.

<sup>40</sup> BORGES, 2009: 35-36.

tratamento dos feridos e do abastecimento de comida, roupas, calçado e munições<sup>41</sup>.

Em Espanha, nos sécs. XVI e XVII, o pagamento dos soldos e o abastecimento alimentar eram as grandes preocupações da coroa, porque encontrando-se os dois em falta, podia dar-se o colapso militar (deserção ou motim). A distribuição de vestuário e armamento foi ganhando importância com o tempo, na medida em que foi sendo introduzida a uniformização dos fardamentos e o aumento do número de armas de fogo usadas pelos exércitos. A acompanhar as marchas dos exércitos seguiam animais e carros, muitas vezes alugados, com os mantimentos e munições<sup>42</sup>.

As deficiências no abastecimento poderiam comprometer seriamente uma campanha militar, como ocorreu durante a Guerra de Sucessão Espanhola. Em 1704, o exército espanhol paralisou após a conquista do Alentejo, devido ao mau abastecimento durante o verão, uma situação algo recorrente ao longo do conflito<sup>43</sup>.

No séc. XVIII, o sistema profissional militar atinge o ponto máximo, integrando tanto nobres como o povo. É um período em que as guerras são limitadas nos objetivos e os exércitos movimentam-se muito, evitando batalhas decisivas. As armas de fogo e artilharia tornam-se mais importantes, com uma cadência de tiro como nunca se tinha visto. O desgaste do inimigo era o mais importante, fazendo a guerra durar, esgotando os seus abastecimentos e finanças. Isto tornava a logística fulcral no desenrolar dos conflitos<sup>44</sup>.

Era necessária a produção, transporte e armazenamento de tudo o que fosse importante para a condução da guerra. Frederico II, rei na Prússia entre 1740 e 1786, foi um grande inovador e teórico militar, e as suas ideias foram sendo adotadas, pelo menos de uma perspetiva aproximada, por todos os exércitos europeus e norte-americanos (em particular o anglo-hanoveriano e russo), servindo de inspiração para outros líderes militares<sup>45</sup>. Avaliando dois dos seus textos mais famosos, *Os princípios gerais da guerra, aplicados à tática e à disciplina das tropas prussianas*, e *Pensamentos e regras gerais para a guerra*, podemos constatar que a logística era um aspeto importante da organização militar de Frederico<sup>46</sup>.

---

41 PARKER, 1988: 45-81.

42 TEIJEIRO DE LA ROSA, 2013: 223-240. Ver também: SAAVEDRA VÁSQUEZ, 2009: 462-476.

43 SAAVEDRA VÁSQUEZ, 2014: 191-193.

44 SANTOS, 2010: 127-134.

45 BEBIANO, 2000: 344-346.

46 FREDERICO II DA PRÚSSIA, 2005: 65-181.

Em Portugal, a partir do reinado de D. João II, começa a instaurar-se um pouco por todo o reino um número cada vez maior de ferrarias, tercenas e armarias<sup>47</sup>. D. Manuel continuou o processo de expansão das mesmas, não só na metrópole, mas também no império. Fabricavam e armazenavam espingardas e pólvora, apesar da produção nunca conseguir satisfazer as necessidades, recorrendo-se à importação<sup>48</sup>.

No séc. XVII, D. João IV criou o Conselho de Guerra permanente, um órgão de conselho real que deveria orientar a estratégia militar de defesa. A Junta dos Três Estados ficou encarregue de verificar as despesas, a Junta de Fortalezas e Fronteiras ficou responsável pela fiscalização das mesmas, e a Tenência de Artilharia passou a controlar o artilhamento das fortalezas, o fabrico de canhões e o armamento no Real Arsenal, de quem passaram a depender as fundições e fábricas de pólvora<sup>49</sup>. A Tenência-Geral de Artilharia deveria ainda recrutar e treinar artilheiros para servirem nas praças, fortalezas e navios. Estava sediada nas Terceiras da Porta da Cruz, em Lisboa, ficando esta instituição sujeita à Junta dos Três Estados<sup>50</sup>.

Só na 2ª metade do séc. XVIII se conhecem reformas no sentido de dotar o reino de uma estrutura similar à prussiana. Em 1760 o Marquês de Pombal ordena o início da construção do Arsenal do Exército<sup>51</sup> em Lisboa, no local onde tinham existido as já referidas Terceiras das Portas da Cruz. O alvará de 24 de março de 1764 e o decreto de 29 de junho de 1773 trataram da criação e da reforma do referido arsenal<sup>52</sup>.

As ideias e reformas do Conde de Lippe, muito importantes ao longo deste processo, ficaram registadas nos vários regulamentos e instruções que deixou. Abandonou Portugal em 1764, regressando de forma breve em 1767, mas o seu legado não durou muito tempo. Quando a guerra regressou ao reino, o exército encontrava-se novamente numa situação de grande precariedade<sup>53</sup>.

Apesar dos documentos não fazerem referência a Lippe, podemos considerar que a criação desta instituição vem no seguimento das suas

---

47 Ferraria: fábrica de ferragens ou local de trabalho do ferreiro; terciena: armazém ou local de concerto; armaria: depósito de armas ou arsenal. PINTO, 2009.

48 PINTO, 2009: sem paginação.

49 BRITO & ESPÍRITO SANTO, 2012: 19-26.

50 PINTO, 2009: sem paginação.

51 Designação genérica, que significa um conjunto de fábricas, oficinas, repartições e depósitos para o fabrico, concerto, arrecadação e fiscalização de material do exército.

52 PEREIRA & RODRIGUES, 1904: 781.

53 PEREIRA & RODRIGUES, 1904: 277-282.

reformas, se levarmos em conta que o conflito teve início em maio, mas a ordem para a construção do HRMAGC só foi enviada pouco depois da chegada do oficial alemão.

As fontes permitem-nos conhecer alguns funcionários que operaram nos armazéns e quais eram as suas competências. O tesoureiro era Manuel da Silva Caetano<sup>54</sup>, responsável único pelos pagamentos. Foi o autor de algumas encomendas, tarefa que dividia com o Reitor da Universidade, o vedor-geral da artilharia e o almoxarife das armas. O escrivão era Leandro Anastácio de Carvalho Fonseca, apesar de José de Jesus, o escrivão dos Hospitais, ter assinado alguns dos documentos. O Almoxarife das Armas, Francisco Gonçalves da Mota, era responsável pela compra de equipamentos ou munições necessárias para o funcionamento do armazém de guerra. Fazia a sua escritura no *Livro 1º da receita*, onde eram anotadas as entradas do material que era adquirido junto dos fornecedores. Prestava uma fiança, para a qual não se sabe valores mínimos ou máximos<sup>55</sup>. O vedor-geral da Artilharia, João Rodrigues Garcia, comissário da Vedoria-Geral do Alentejo, (referido por vezes como vedor-geral do depósito do expediente dos armazéns), era o responsável pelo abastecimento logístico do exército que estava dependente dos Armazéns de Guerra de Coimbra, nomeadamente as tropas do Governador das Armas da Província da Beira<sup>56</sup>.

Os armazéns de guerra e as demais despesas representam um total de 7 467 457 réis. Apesar das despesas referentes aos armazéns corresponderem a 82 mandados, na prática só representam 2 103 801 réis. Destes 82 mandados, mais de metade (42) dizem respeito ao pagamento a espingardeiros e serralheiros pela reparação e limpeza de armas, totalizando 592.695 réis. A limpeza das armas implicava, muitas vezes, outras despesas, como a compra de carvão, limas ou azeite. Os salários dos espingardeiros eram pagos de acordo com o estatuto/experiência do trabalhador: os mestres auferiam 300 réis por dia (o mais velho podia auferir 400); oficiais 200 réis; apontadores 200 réis; aprendiz 60 réis por dia<sup>57</sup>.

---

<sup>54</sup> Os armazéns não tinham tesoureiro próprio, ao contrário do hospital, pelo que Manuel da Silva Caetano exerceu essa função.

<sup>55</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 10-11.

<sup>56</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

<sup>57</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 37-38.

**Tabela V** – Despesas dos Armazéns de Guerra

| <b>Despesa</b>                           | <b>Montante</b>  | <b>Perc.</b> |
|--|------------------|--------------|
| Espingardeiros                           | 592.695          | 28,17%       |
| Outras despesas                          | 567.360          | 26,97%       |
| Condutores (armamento e correspondência) | 312.780          | 14,87%       |
| Sapateiros                               | 289.340          | 13,75%       |
| Madeiras da Fábrica de Pombal            | 217.556          | 10,34%       |
| Outros profissionais                     | 124.070          | 5,90%        |
| <b>Total</b>                             | <b>2.103.801</b> | <b>100%</b>  |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*

A segunda maior despesa diz respeito a condutores, que podiam levar correspondência, armas, pólvora ou outros objetos (312 780 réis). Isto implicava o pagamento diário ao condutor e pagamento do aluguer do animal e do veículo utilizado. O salário podia chegar aos 500 réis por dia, e o aluguer do carro e do animal 300 réis. O transporte era feito dos depósitos de munições espalhados um pouco pelo centro de Portugal<sup>58</sup>. Traziam-se armas e pólvora, por vezes capturadas ao inimigo, mantimentos e materiais de construção para os armazéns de guerra. Os responsáveis pelo transporte eram pessoas de diferentes ofícios: podiam ser almocreves, correios, militares, ou até mesmo o meirinho da Universidade de Coimbra<sup>59</sup>.

Os gastos com os sapateiros também foram significativos, apesar de terem sido efetuadas poucas compras (289 340 réis), correspondendo à terceira maior despesa. Foram adquiridas centenas de pares de sapatos de pele de bezerro, em lustre, ou graxa, que serviram “para acudir os soldados do dito partido [da Beira], que careção delles por andarem descalços nas marchas”. Foram adquiridos por ordem do 4º Conde de Loudon, John Campbell, oficial do exército auxiliar britânico. Os pares de sapatos podiam ter diferentes tamanhos, que desconhecemos, e preços, que podiam variar entre 430 e 900 réis o par<sup>60</sup>.

As restantes despesas referentes aos armazéns prendem-se com a compra de papel, madeiras, materiais em ferro, cordas, obras e reparações

<sup>58</sup> Algumas das localidades possíveis de identificar: Figueiró dos Vinhos, Pedrogão Grande, Alvares, Lousã, Penacova, Janeiro de Baixo, Vila Velha de Rodão, Castelo de Vide, Sampaio, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Linhares, Gouveia, Manteigas, Seia, Covilhã e Teixoso.

<sup>59</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 36, 39, 56, 66, 72 e 74.

<sup>60</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 10, 11, 14.

no paiol de munições na torre do castelo, e o pagamento ao escrivão dos Armazéns, Leandro Anastácio de Carvalho e Fonseca, no valor de 321 794 réis, ficando-se, na altura, a dever-lhe 66 605 réis, por não haver dinheiro suficiente<sup>61</sup>.

O serviço dos armazéns dependia muito de fornecedores ou prestadores de serviços naturais de Coimbra, pagos por encomenda ou por jorna de trabalho. Não sendo possível abordar de forma aprofundada o funcionamento dos armazéns, veja-se um caso próximo do que foi o procedimento habitual (despesa 15, relativa à compra de 79 pares de sapatos). O primeiro documento que surge é um requerimento (com notas posteriores), onde se indica a quantidade de sapatos feitos pelos mestres e o montante que se devia pagar. No dia 25 de outubro de 1762 o vedor-geral mandou «fazer receita ao Almojarife» dos sapatos contidos no requerimento, o que é feito a 1 de novembro, quando o almoxarife confirma a entrada do material em armazém, anotando no L. 1º da receita. A 8 de novembro o tesoureiro Manuel Caetano efetua o pagamento, sendo este confirmado a 10 de novembro, com a assinatura do recibo por parte dos mestres sapateiros. No verso do primeiro fólio, encontra-se ainda uma lista complementar, com informação detalhada sobre os sapatos, organizada por pares e preços<sup>62</sup>.

Aos grupos do Gasto Particular, Portas Novas, Feitoria e Abertura de Portas, correspondem despesas muito variadas, motivo pelo qual optamos por as tratar em conjunto. De realçar a liquidação ao sargento-mor de cavalaria, Bartolomeu de Aranda, “para pagamento dos cavalos que se tomarão nas comarcas deste reino, para remonte dos regimentos de cavalaria”. Os 3 480 000 réis pagos pelos animais fazem desta a maior despesa presente na “*Coleçam de todas as despesas...*”<sup>63</sup>. Outras despesas significativas do Gasto Particular dizem respeito a correios, montados e a pé, “pela deligência no serviço de Sua Magestade”, e o pagamento do soldo a João Roiz Garcia, oficial da vedoria da artilharia do Alentejo, por ter servido no expediente dos armazéns<sup>64</sup>.

---

61 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 9, 12, 13, 21, 22, 23, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 68, 78, 81, 82, 83, 84 e 86.

62 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 15.

63 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 87.

64 AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 88- 92.

**Tabela VI** – Despesas agregadas: Gasto Particular, Portas Novas, Feitoria e Abertura de Portas (em réis)

| <b>Despesa</b>                                  | <b>Montante</b> | <b>Perc.</b> |
|---|-----------------|--------------|
| Compra de cavalos                               | 3.480.000       | 64,88%       |
| Salários e materiais (carpinteiros e pedreiros) | 827.141         | 15,43%       |
| Correios  | 627.200         | 11,69%       |
| Salários e materiais (serralheiros)             | 238.915         | 4,45%        |
| Soldo de João Roiz Garcia                       | 190.400         | 3,55%        |
| Total   | 5.363.656       | 100%         |

Fonte: AUC, HMC, *Coleçam de todas as despesas...*

As restantes despesas dizem respeito às obras realizadas nas infraestruturas existentes na cidade. A construção de portas novas nos Arcos de Almedina e no Castelo, e a abertura de outras anteriormente tapadas de alvenaria, custaram 551 322 réis, dos quais 312 407 foram gastos nos salários e materiais, e 238 915 em ferragens para as portas. A Casa da Feitoria também foi reparada, tendo-se despendido um total de 497 554 réis, dos quais 298 474 em salários e 199 080 em madeiras e pregos. Por fim, “des-tapar as portas do Arco de Santo Agostinho e no Arco da Estrella de Coimbra (...) que se acharão fechadas de pedra, e cal”, o que ficou pela quantia de 17 180 em salários<sup>65</sup>.

Os pedreiros e carpinteiros que trabalharam nestas obras receberam um salário igual. Os mestres auferiam 240 réis por dia, os oficiais 200 e os serventes 120 ou 100 réis. Outros trabalhadores, como lavradores e jornaleiros, juntaram-se ao serviço, ajudando no transporte de cal e pedra para a torre do castelo. Cada carrada de cal era paga a 60 réis, enquanto a carrada de pedra custava 80 réis<sup>66</sup>. Em Lisboa, entre 1762 e 1767, os salários dos carpinteiros e pedreiros rondavam os 300 réis por dia, porém não conseguimos saber se era o valor máximo auferido por um mestre ou um valor médio auferido pelos oficiais. Seja como for, o valor é mais elevado em Lisboa do que em Coimbra, no mesmo período<sup>67</sup>.

<sup>65</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesa 93-98.

<sup>66</sup> AUC – HMC: *Coleçam de todas as despesas...*, despesas 92-98.

<sup>67</sup> AMORIM et al, 2009.

## Conclusão

Neste artigo analisaram-se duas instituições criadas para responder às necessidades da guerra. Com o fim das hostilidades o Hospital Militar e os Armazéns de Guerra foram perdendo a sua importância, tendo sido desmantelados pouco depois do Conde de Lippe abandonar o país.

A análise da *Coleçam de todas as despesas...* permitiu conhecer as razões para a fundação das instituições, o seu financiamento, as suas despesas e os oficiais que nelas serviram, ficando bem evidentes as principais funções do HRMAGC: a assistência aos soldados e oficiais enfermos no Hospital Real Militar, e o apoio logístico durante a Guerra Fantástica e anos seguintes, levado a cabo pelos Armazéns de Guerra.

A comparação com outras instituições de assistência do séc. XVIII permitiu-nos verificar que a estrutura e funcionamento do Hospital Militar de Coimbra não foram muito diferentes do que era normal à época. Estava bem equipado e tinha grandes dimensões, não só pelas despesas com o seu estabelecimento, mas também tendo em conta o seu corpo de funcionários.

Pelas restantes despesas esclarece-se o elenco de oficiais e as funções dos Armazéns de guerra, e a sua importância para a logística do exército português durante o conflito. Constatou-se que a reparação e limpeza das armas foram as tarefas mais comuns, assim como o transporte e correios. De realçar a despesa realizada com a aquisição de cavalos, que corresponde à compra mais elevada das duas instituições.

Ficaram-se a conhecer as várias localidades da região centro para onde se transportaram armas e munições, entre as quais Figueiró dos Vinhos, Lousã, Castelo de Vide, Penalva do Castelo, Celorico da Beira, Seia e Covilhã, assim como as obras realizadas na Torre do Castelo de Coimbra, na Casa da Feitoria, no Arco de Almedina, no Arco de Santo Agostinho e no Arco da Estrela.

Apesar das informações alcançadas, subsistem limitações, nomeadamente a impossibilidade em aprofundar os cuidados de saúde e a alimentação praticada, assim como localizar o hospital.

## Fontes

### Fontes manuscritas:

PT- Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC] - Hospital Militar de Coimbra [HMC],  
*Coleçam de todas as despesas que por ordem de Sua Magestade mandou fazer o*

*Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gaspar de Saldanha de Albuquerque Reformador Reitor desta Universidade no estabelecimento do Hospital Real Militar, Armazéns de Guerra, ridificação da Caza da Feitoria, portas novas nas de Almedina, e Castelo, e outras despesas de serviço, que se mostram por huma conta tomada e o thezoureiro, e 98. mandados, que compoem esta coleçam, com os conhecimentos, e papeis da despeza a que se referem do anno de 1762. the 1766. Sendo thezoureiro Manoel da Silva Caetano [1762-1767], cota IV-2.ªE-8-2-18.*

### Fontes impressas:

FREDERICO II DA PRÚSSIA (2005) – *Reflexões sobre a arte de vencer*. Estudo introdutório e cronologia de Viriato Soromenho-Marques. Tradução de Angelina Pires. Lisboa: Sílabo.

## Bibliografia

- AMORIM, Inês, et al (2009) – *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910*. Disponível em: <<http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>> (acedido em 29-11-2016).
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (1996) – A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII. In *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora: actas*. Évora: H.E.S, p. 149-164.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (2008) – *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Monção: Santa Casa da Misericórdia.
- BARRENTO, António (2006) – *Guerra Fantástica 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete anos*. Lisboa: Tribuna da História.
- BEBIANO, Rui (2000) – *A pena de Marte: escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra: Minerva.
- BORGES, Augusto Moutinho (2009) – *Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BRITO, Pedro de & ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2012) – *A logística do Exército Anglo-Luso na Guerra Peninsular: uma introdução*. Coimbra: Tribuna.
- CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de (2007) – O Serviço de Saúde Militar na Campanha do Rossilhão e Catalunha (1793-1795). In *XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal*, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, p. 495-547.
- COSTA, Fernando Dores (2003) – A guerra no tempo de Lippe e de Pombal. In BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano (Org.) - *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p.331-350.
- FERNANDES, Paula Sofia Costa (2015) – *O Hospital da Misericórdia de Penafiel (1600-1850)*. Braga: [s. n.] (tese de doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho).
- HESPAÑA, António Manuel (1993) – A Fazenda. In MATTOSO, José (Org.) - *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 203-239.

- LOPES, Maria Antónia (2000) – *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I e II. Viseu: Palimage Editores.
- LOPES, Maria Antónia (2012) – Os hospitais de Coimbra e a alimentação dos seus enfermos e funcionários: (meados do séc. XVIII - meados do séc. XIX). *Separata de História da saúde e das doenças*. P. 147-164.
- MENDES, José Maria Amado (1983) – *Subsídios para a Arqueologia Industrial de Coimbra*. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – O Tempo de Pombal (1750-1777). In RAMOS, Rui (Org.) - *História da Portugal*, 8ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, p. 357-377.
- MOURINHO, António Rodrigues (2007) – O Hospital Real de São João de Deus de Miranda do Douro. In XVI Colóquio de História Militar: O Serviço de Saúde Militar na Comemoração do IV Centenário dos Irmãos Hospitaleiros de São João de Deus em Portugal, vol. I. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, p. 301-311.
- PARKER, Geoffrey (1988) – *The Military Revolution: Military innovation and the rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEREIRA, João Manuel Esteves & RODRIGUES, Guilherme (1904) – *Portugal: Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico abrangendo a minuciosa descrição historica e chorographica de todas as cidades, villas, e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar, biographias, dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis pelas suas invenções e descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação de todos os factos notaveis da historia portuguesa, etc., etc. Obra illustrada com centenas de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notaveis escriptores*. Disponível em: <<https://archive.org/stream/portugaldiccion00peregoog#page/n781/mode/2up>> (acedido em 18-11-2016).
- PINTO, Renato Fernando Marques (2009) – *As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português*. Disponível em: <[https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=528](https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528)> (acedido em 29-11-2016).
- SAAVEDRA VÁSQUEZ, Maria del Carmen (2009) – La actividad militar en Galicia durante el reinado de Carlos II: primeiros datos e reflexiones. In LÓPEZ DÍAZ, Maria (Org.) - *Estudios en homenaje al professor José M. Pérez García*, vol. II. Vigo: Universidad de Vigo.
- SAAVEDRA VÁSQUEZ, Maria del Carmen (2014) – La Guerra de Sucesión y sus efectos sobre la organización militar peninsular. In TORRES ARCE, Marina & TRUCHUELO GARCIA, Susana (Org.) – *Europa en torno a Utrecht*. Santander: Universidad de Cantabria.
- SANTOS, Loureiro (2010) – *História concisa de como se faz a Guerra*. Mem Martins: Europa-América.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1996) – *História de Portugal [1750-1807]*, Vol. VI, 5ª ed. Lisboa: Verbo.
- TEIJEIRO DE LA ROSA, Juan Miguel (2013) – Logística y financiación, In O'DONNELL, Hugo (Org.) - *Historia Militar de España, III. Edad Moderna II. Escenario Europeo*. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica.